



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

REUNIÃO CÂMARA BIPARTITE GOVERNO – SERVIDORES PÚBLICOS

05 de dezembro de 2011

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ATA DA CÂMARA BIPARTITE GOVERNO – SERVIDORES PÚBLICOS

Data: 05 de dezembro de 2011

Local: Ministério do Trabalho e Emprego – Sala 433 – Ed. Sede – Brasília/DF

Participantes: Conselho de Relações do Trabalho; Leonardo Batista da Mota Brito (GM - Suplente); Tito Calvo Jachelli (GM - Titular); Luiz Eduardo Lemos da Conceição (SE - Titular); Maria Cristianna Barradas Carneiro (SE - Suplente); Maria Aparecida dos Santos Fernandes (SE - Titular); Danielle Kineipp de Souza (SPPE - Titular); Yedda Beatriz Gomes de Almeida (SENAES - Titular); Tânia Mara Coelho da Costa (SIT – Titular). Eudes da Silva Carneiro (SRT – Titular; Estevão Santos Cavalcante (SRT - Suplente); Iaponira Soares Montenegro (SRT - Titular); Paula Faria Polcheira Leal – (SRT – Suplente); Adolfo Grassi Oliveira (CGTB – Titular); Maria das Mercês Silveira Coutinho (CGTB - Suplente); Luis Cláudio de Santana (CTB - Titular); Pedro Armengol de Souza (CUT - Titular); Maria de Fátima Veloso Cunha (CUT - Titular); Rogério Antônio Expedito (CUT - Suplente); José Airton Lucena Filho (CUT - Suplente); Cristina Helena da Silva Gomes (FS - Titular); Rubens Romão Fagundes (FS - Titular); Aires Ribeiro (FS - Suplente); João Fabiano Costa Brito (NCST - Suplente); Lineu Neves Mazano (UGT - Titular); Luis Carlos Silva de Oliveira (UGT - Suplente); Convidados Márcia Moreira (SINFA-RS); Tainá Oliveira (SINF-RJ); Fernando A. Borges (FETASP- - PB/CSPB); Marconi Portela (FENASEPE); e, Vera L. M. Ramos (CUT - NAC).

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e onze teve início a Reunião de Instalação da Câmara Bipartite - Governo e Servidores Públicos. **ABERTURA.** O Sr. Eudes iniciou a reunião de Instalação da Câmara Bipartite - Governo e Servidores Públicos, explicando a sua composição dentro do Conselho de Relações do Trabalho, tendo três Câmaras Bipartites: Governo - Empregadores, Governo - Trabalhadores, e Governo - Trabalhadores Servidores Públicos; esta especificamente para tratar de assuntos relacionados aos servidores públicos. Esclareceu que como Assessor da Secretaria do Conselho de Relações do Trabalho lhe cabia fazer essa abertura, por não ter formalmente empossado o Presidente da Câmara, mas com a condução da reunião ficando a cargo do Presidente. A seguir, solicitou que os presentes de apresentassem para conhecimento de todos e confirmação dos nomes e cargos. Informou que o Presidente indicado pela CTB para presidir a Câmara, era o Sr. Luiz Santana, sendo necessário definir um Coordenador de Bancada dos Trabalhadores, um da Bancada do Governo e os respectivos Suplentes e também o Suplente do Presidente, ficando definido para Presidência, Luiz Cláudio Santana, representando a CTB, o Coordenador da Bancada dos Trabalhadores, o Sr. Pedro Armengol e o Suplente, o Sr. Lineu Mazano; pelo Governo, o Sr. Luiz Eduardo Conceição e Suplente a Sra. Yedda Beatriz, faltando a indicação do Vice-Presidente. O Presidente indicou o item a seguir, Calendário de reuniões 2012, ficando definido a realização de reunião a cada dois meses, e podendo convocar reunião extraordinária, conforme o Regimento. Após sugestões, ficou marcado o próximo encontro para os dias 2 de fevereiro; 5 de abril, 6 de junho, 2 de agosto, 4 de outubro, e 6 de dezembro, sempre às 14h30min, sujeito a alteração, indicando as próximas datas até o final do ano. O Sr. Pedro Armengol sugeriu que definissem alguns pontos de pauta, prioritários para a discussão dessa Câmara Bipartite. Informou que a Bancada dos Trabalhadores havia consensuado que as duas agendas iniciais prioritárias seriam o debate sobre a organização sindical dos servidores públicos e negociação coletiva. O Sr. Aires Ribeiro sugeriu que fosse colocado apenas um tema, com o Sr. Pedro Armengol indicando a organização sindical. O Sr. Eudes ponderou que não poderiam tratar esses temas de forma independente, com os assuntos colocados constituindo-se um conjunto, mas tendo que se avançar nessa discussão. A Sra. Cristina Helena observou que essas questões haviam sido tema de discussão dentro do GT, indagando se seria feita nova discussão para consenso. O Sr.

Pedro Armengol ponderou que não se poderia separar a discussão da organização de negociação de direito de greve, encontrando que a pauta era a Convenção 151, da OIT. Que havia muito debate acumulado, com essa Câmara sendo o espaço para sistematizar e construir posições institucionais dessa Câmara Bipartite e do Conselho. A Sra. Cristina Helena se referiu às duas minutas e projetos do GT e do MPOG, indagando se seriam discutidos para consenso das Bancadas. O Sr. Pedro Armengol destacou que havia que avançar nesses debates, complementando o material indicado. O Presidente observou existir uma discussão que precisaria ser tratada, sendo única para trabalhadores do serviço público no âmbito federal, estadual e municipal; que se trabalhassem uma legislação, a mesma teria que atender a toda essa demanda, com a discussão principal sendo qual a forma de organização sindical que atenderia as três esferas e sendo essa a primeira demanda. O Sr. Eudes questionou como ficaria a questão, se discutiriam a Convenção 151, como um todo, abrangendo a organização sindical, a negociação coletiva, o direito de greve, direitos sindicais e os demais pontos discutidos no âmbito do GT, assim como outros temas que fossem surgindo dessas demandas. Indicou que tanto no acumulado que vinha sendo estudado no Ministério do Planejamento, como pelo MTE, alguns pontos eram constantes, como a representatividade, importante para ser discutido no setor público. Que deveriam fechar uma proposta que abrisse a discussão para que chegassem a um texto a ser encaminhado pelo Governo para o Congresso Nacional, defendendo todos os interesses e as partes dos servidores públicos envolvidos nessa discussão. O Sr. Lineu Mazano concordou com a proposta do Sr. Pedro Armengol de iniciar pela discussão da organização sindical, reafirmando pela UGT, que concordavam em iniciar a discussão por esse tema, facilitando os debates posteriores, visto que não iniciariam do zero. O Sr. Eudes indagou se havia alguma manifestação, com o Presidente propondo à sua bancada que fizessem uma reunião o mais rápido possível para dar uma diretriz e uma unidade às suas discussões, trazendo para a Câmara uma proposta já definida da parte dos trabalhadores, com a concordância dos demais. O Sr. Eudes ressaltou que a bancada de governo não precisaria dessa discussão, visto que os debates no âmbito do Ministério estavam sendo concentrados no âmbito da Secretaria de Relações do Trabalho e que haviam realizado uma reunião para conhecimento de todos. Prosseguindo, a Sra. Paula Leal esclareceu que na última reunião do CRT, havia sido tratada a determinação do TCU de segregação das contas das entidades sindicais, com o setor e a bancada patronal tendo solicitado que um documento com a sua posição em relação a essa determinação, fosse encaminhado pelo Ministro ao TCU; que a bancada dos trabalhadores havia indicado que nessa reunião estaria informando sua posição para verificar se essa manifestação iria como da bancada dos trabalhadores ou dos empregadores; indagou se teriam como adiantar para dar encaminhamento a esse compromisso assumido na última reunião, com o Presidente informando que não tinham essa proposta e com o Sr. Pedro Armengol observando ser mais para pauta do CRT. Prosseguindo, e após mais algumas colocações, o Sr. Eudes solicitou que esse informe fosse passado para a Câmara Bipartite dos Trabalhadores para trazer a resposta na reunião do dia 12 de dezembro para encaminhamento, ponderando que não seria na próxima reunião do CRT, que se realizaria em fevereiro; que havia uma cobrança das próprias entidades das bancadas, que o Ministro fizesse um encaminhamento ao TCU com um posicionamento, visto que os empregadores já haviam encaminhado uma manifestação, tendo sido acertado que iriam encaminhar uma manifestação do governo, dos trabalhadores e dos empregadores. O Sr. Pedro Armengol indicou que as centrais teriam que trazer seu posicionamento até o dia 12, com o Sr. Eudes sugerindo que se aguardasse. Prosseguindo, lembrou ter sido distribuída uma cópia da Portaria e do Regimento, o qual havia sido alterado na última reunião do CRT, com relação à ordem da sua Presidência e sido acrescentado também que a Secretaria-Executiva do CRT abrangeria também as Câmaras Bipartites. Informou que a Portaria trazia a indicação dos componentes da Câmara Bipartite dos Servidores Públicos, não tendo sido publicado oficialmente por estar faltando alguns nomes, o que seria feito proximamente. O Presidente, indagando se havia mais alguma colocação, indicou ter um acordo sobre o Suplente e se havia consenso, o que foi confirmado. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o

Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a reunião de Instalação da Câmara Bipartite - Governo e Servidores Públicos. Gravou-se todos os debates e depoimentos pelo serviço de som e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata.